

DEPUTADO DE ESWATINI DEFENDE

# Prisão de menores de idade para desincentivar gravidez

Notícias Internacionais: 12.08.2019. Pág. 36, Ed. 30. 748

O DEPUTADO de eSwatini (antiga Suazilândia) Michael Masuku sugeriu a criação de uma lei para detenção, por um ano, de jovens que engravidassem, num esforço para combater a gravidez na adolescência, noticiou a imprensa local.

A sugestão de Masuku foi dada na quinta-feira durante uma sessão de trabalhos no Parlamento, sendo que o deputado eleito por Mkhweni (zona ocidental do país) considera que a detenção de raparigas jovens e dos rapazes que as engravidaram permitirá que “possam ser corrigidos e que aprendam com os seus erros”.

Segundo um artigo publicado sexta-feira pelo “Times of Swaziland”, o deputado considera que a gravidez na adolescência deve ser uma ofensa punível, à semelhança das que integram a Lei das Ofensas Sexuais e da Violência Doméstica.

“Desta forma, o deputado

afirmou que raparigas menores evitariam ter relações sexuais prematuras, que eventualmente levam a gravidezes e ao abandono escolar”, escreve o diário.

Masuku referiu que a gravidez na adolescência resulta de os pais omitirem a verdade dos seus filhos.

As declarações de Masuku foram feitas após uma apresentação pela directora do Departamento de Género, Jane Mkhonta, que expôs o abandono escolar por 1046 raparigas durante o ano passado, num país com cerca de 1.4 milhão de habitantes.

Mkhonta atribuiu o elevado número de gravidezes à pressão de grupo e ao afastamento por parte dos pais dos jovens.

Em 2017, estima-se que 44.000 crianças tenham ficado órfãs devido ao vírus da SIDA, um dos principais desafios sociais do país.

A directora do Departamento de Género destacou



Eswatini deve punir por engravidar na adolescência

ainda os riscos resultantes das gravidezes precoces, que, além de físicos, podem levar a de-

pressões, distúrbios alimentares ou de sono, e até mesmo ao suicídio, refere a publicação.

Mkhonta acrescentou que vários dos jovens afectados “ficam acostumados a uma

cultura de comportamento repressivo” ou de “ter vários parceiros sexuais”, resultando em novas gravidezes, com alguns a optarem pelo aborto, uma prática ilegal no país liderado pelo Rei Mswati III.

A agência das Nações Unidas para o HIV/SIDA (UNAIDS, sigla em inglês) estima que, em 2018, o número de pessoas afectadas pelo vírus alcançasse os 210.000, com uma taxa de incidência 27,3 por cento em pessoas entre os 15 e os 49 anos.

Masuku lamentou que os jovens “nem sequer estivessem a usar preservativos, acessíveis em muitos locais das comunidades”.

O reino do eSwatini é liderado pelo Rei Mswati III, com 14 mulheres e mais de 25 filhos, sendo que todos os anos selecciona uma nova companheira.

Acredita-se que a cerimónia, em que milhares de virgens dançam para o monarca, pretenda encorajar as jovens raparigas a preservar a sua virgindade.